



**ACÓRDÃO Nº 327/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11872/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado
- 4- **Advogados:** não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro, no período de 01/01/2015 a 31/10/2015, e o Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães no período de 01/11/2015 a 31/12/2015, na condição de Diretores-Gerais do HPS e ordenadores de despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4393/2017-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 596/614).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado. Exercício de 2015.

*Irregularidades. Alcance. Multa. Prazo. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro**, na condição de Diretor-Geral e ordenador de despesas do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, no curso do exercício de 2015, no período de 01/01/2015 a 31/10/2015, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no voto, nos respectivos subitens ali citados;
- 10.2- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, Diretor-Geral e ordenador de despesas do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, no curso do exercício de 2015, no período de 01/11/2015 a 31/12/2015, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no voto, nos respectivos subitens ali citados;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro** no valor de **R\$ 562.327,90** (Quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos moldes do artigo 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido à



**ACÓRDÃO Nº 327/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

restrição do item 9.1 do Voto, no prazo de 30 dias;

- 10.4- Aplicar Multa ao Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro** no valor de **R\$8.800,00** (oito mil e oitocentos reais), nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas impropriedades apontadas nos itens 9.1 e 9.2 do voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.5- Considerar em Alcance o Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** no valor de **R\$120.382,49** (Cento e vinte mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos), a ser corrigido e que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, nos moldes do artigo 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido à restrição do item 10.3 do Voto, no **prazo de 30 dias**;
- 10.6- Aplicar Multa ao Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** no valor de **R\$ 8.800,00** (oito mil e oitocentos reais), nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas impropriedades apontadas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 do voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.7- Determinar** a remessa de cópia dos presentes autos da prestação de contas do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, exercício 2015, ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais;
- 10.8- Conceder Prazo de 30 dias ao Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro e ao Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, para que recolham os valores imputados em alcance e multa. Expirado o prazo e não recolhido os valores, ou não interposto nenhum recurso com efeito suspensivo, fica autorizada a abertura de Cobrança Executiva e a remessa do Acórdão à PGE para inscrição em dívida ativa, nos termos legais;
- 10.9- Notificar o Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro e o Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso;
- 10.10- Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

**11- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 22 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.



**ACÓRDÃO Nº 327/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral